

-----**ACTA N.º 4/2007**-----

-----Aos vinte e um dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior de Segunda Classe. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O **Senhor Vereador Hélder Bruno** agradeceu o convite que lhe foi endereçado, felicitou o Executivo pela organização da Feira do Queijo e manifestou o seu apreço pela programação e divulgação do evento. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**DECLARAÇÃO--JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DO ESPÍRITO SANTO;**

-----**DESIGNAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO PARA AS EMPREITADAS;**-----

-----**Biblioteca Municipal;**-----

-----**Requalificação do Castelo de Celorico da Beira;** -----

-----**Piscinas Balneários e Parque de Merendas de Lageosa do Mondego;**-----

-----**Obras de Conservação das Piscinas Municipais de Celorico da Beira;** -----

-----**Obras de Conservação do Gimnodesportivo de Celorico da Beira;** -----

-----**Obras de Conservação do Centro Cultural de Celorico da Beira;**--

-----**EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO DE CELORICO DA BEIRA” – SUSPENSÃO DOS TRABALHOS.**-----

-----**I – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E SETE**-----

-----Foi presente a acta número três, da reunião ordinária do Executivo de sete de Fevereiro de dois mil e sete, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção.**-----

-----**Absteve-se o Senhor Vereador António Graça Silva, por não ter estado presente na referida reunião.** -----

-----**II – EDIFÍCIO ESCOLAR DA CARVALHEDA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE EMPRÉSTIMO DO EDIFÍCIO** -----

-----**Requerente: Maria Dulce Pinto F. de Sousa** -----

-----Foi presente requerimento da Senhora Maria Dulce Pinto F. de Sousa, datado de vinte e três de Janeiro de dois mil e sete solicitando o empréstimo do edifício escolar da Carvalheda, para poder ser utilizado em actividades religiosas (catequese, reuniões de pais) e para outras actividades sócio – culturais, em benefício dos habitantes da terra. -----

-----Relativamente a este assunto o **Senhor Presidente da Câmara** disse que no futuro estes pedidos serão recorrentes, na sua opinião as escolas deveriam ficar na posse do município, fazendo-se uma alteração ao uso, nomeadamente para turismo. -----

-----Disse que não se opunha ao empréstimo destes edifícios desde que, seja baseado em critérios que salvaguardem as partes intervenientes, designadamente através da assinatura de um protocolo de cedência, onde sejam estipulados prazos e condições a cumprir pelas partes. -----

-----Relativamente ao assunto, o **Senhor Vereador Hélder Bruno** disse que trabalhar em prol da comunidade, é uma atitude de louvar, contudo considera que este tipo de situações deverão ser acauteladas pela autarquia, em articulação com as Juntas de Freguesias. -----

-----Corroborar da opinião do Senhor Presidente da Câmara, no que concerne à celebração de protocolos que assegurem os direitos e obrigações das partes. -----

-----O **Senhor Vereador José Luís Cabral** esclareceu que a Junta de Freguesia teve conhecimento deste pedido e não quis tomar qualquer posição. Na sua opinião a Câmara deveria celebrar um protocolo com a instituição, com vigência de pelo menos um ano, sendo que a qualquer momento que a autarquia queira intervencionar estes edifícios, teriam um prazo para desocupar. Considera que estes protocolos deverão ser feitos não a título individual, mas sim com instituições e para fins culturais, associativos ou religiosos. -----

-----Ainda sobre o assunto o **Senhor Vereador Rui Correia** disse que, embora subscreva o que foi dito pelo Senhor Vereador Helder Bruno, considera que a concessão destes espaços, poderá a longo prazo, ser dada como adquirida, causando constrangimentos futuros à autarquia aquando da sua retoma. Também é da opinião que se deve fazer um protocolo, sempre com uma instituição e não em nome individual. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, que seja elaborada, pelo Gabinete Jurídico, uma minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e uma instituição a indicar pela requerente, com a colaboração da Junta de Freguesia onde sejam preservados os direitos e obrigações das partes, no que concerne à concessão do edifício escolar da Carvalheda, para posterior aprovação do Executivo.** -----

-----**III – DIVISÃO DO AMBIENTE E OBRAS PARTICULARES** -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO** -----

-----**Requerente: António Rebelo** -----

-----Foi presente o requerimento n.º 103, datado de um de Janeiro de dois mil e sete, em nome de António Rebelo, pretendendo o requerente que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Estrada Municipal n.º 1095, freguesia de Santa Maria, inscrito sob o artigo matricial número novecentos e sessenta e nove, por o mesmo ter sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do artigo 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de vinte e sete de Março de mil novecentos e oitenta e um. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo foi construído antes de mil

novecentos e oitenta e um. No entanto na certidão da Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira, descreve que a edificação apenas foi inscrita na matriz em dois mil e sete, o que não significa que o mesmo não tenha sido efectivamente construída antes de mil novecentos e oitenta e um. ---

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o prédio a que o requerente se refere foi construído antes de mil novecentos e oitenta e um, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----IV – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO-----

-----ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2007-----

-----Requerente: António Faria-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 80/2007, datada de oito de Fevereiro de dois mil e sete, informando que relativamente ao assunto em epígrafe e após deslocação ao local, informa que se trata de uma renovação de estacionamento privado, com uma área de 11,25m², sito no Largo do Tabulado. Pretende o requerente o lugar de estacionamento para apoio à Casa do Cruzeiro (Turismo de Habitação).-----

-----Em conformidade com o Regulamento de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, o lugar privado de estacionamento solicitado implica, o pagamento de uma taxa no valor de 221,70€.-----

-----Após análise do parecer – informação dos Serviços Técnicos – a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, devendo para o efeito cumprir o disposto no parecer emitido pelo Gabinete Técnico Municipal.-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE DOIS SINAIS DE PERIGO DE TRAVESSIA DE ANIMAIS (A19a)**-----

-----**Requerente: António Bernardo**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 86/2007, datada de treze de Fevereiro de dois mil e sete, informando que tendo a Autarquia recebido um ofício do Senhor António Bernardo, solicitando a colocação de dois sinais de travessia de animais, junto à Quinta das Regadas, em Aldeia Rica, informa-se que após deslocação ao local verificou-se a necessidade de colocar dois sinais A19a. -----

-----Segundo o n.º 1 do artigo 8º do Decreto Lei n.º 2/98 de 3 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal (Executivo), deliberar sobre sinalização nas vias públicas sob a sua jurisdição. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de dois sinais de travessia de animais (A19a), devendo os mesmos ser devidamente registados e cadastrados.** -----

-----**ASSUNTO: REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE ORDENAMENTO DO PNSE**-----

-----Foi presente informação técnica datada de nove de Fevereiro do corrente ano, referente ao assunto supramencionado, que se apensa a esta acta (**anexo I**), dando conhecimento de alguns aspectos de suma importância para o Concelho de Celorico da Beira, a fim de precaver quaisquer questões no futuro que possam gerar qualquer tipo de contencioso quer entre o Município e o ICN ou com os próprios munícipes, que foram debatidos em reunião da Comissão de Acompanhamento do POPNSE, que decorreu em 8/2/2007, em Manteigas. -----

-----Sobre a questão da alteração dos limites do PNSE, apresentada pelo município de Celorico da Beira, foi prestado o seguinte esclarecimento na reunião: -----

-----“Se os limites do PNSE forem simplesmente alterados no âmbito da revisão do POPNSE, por se localizarem cumulativamente na área do PNSE e da Rede Natura, as áreas de terreno que ficarem localizadas fora do PNSE e não integradas em espaço classificado no PDM urbano, isto é, fora de qualquer perímetro urbano (ou seja, em espaço rural, nos termos do PDM), continuam a ficar sob a alçada da Rede Natura 2000, cujas regras são mais restritivas que as do PNSE”.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----O Senhor Presidente informou que iria ter lugar no próximo dia 8 de Março, pelas 11 horas, uma reunião do ICN com a Autarquia Celoricense, em Manteigas, para análise e discussão do POPNSE, convidando os Senhores Vereadores a apresentarem até esta data, questões que pretendam ver esclarecidas ou reflectidas neste documento. -----

-----**ASSUNTO: ALTERAÇÃO DOS LIMITES DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA**-----

-----Foi presente informação técnica datada de doze de Fevereiro do corrente ano, dando conhecimento da alteração dos limites do Parque Natural da Serra da Estrela, que se apensa a esta acta (**anexo II**). -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**V – SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: FÉRIAS**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Recursos Humanos, datada de doze de Fevereiro de dois mil e sete, informando que o Senhor Dr. António Graça Silva, Vereador em regime de permanência sem exclusividade, da Câmara Municipal de Celorico da Beira, tinha direito a 30 dias seguidos, de férias no ano transacto, e só gozou um período de 17

dias, de 15 a 31 de Agosto. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**VI – PROTOCOLO RELATIVO AO PROJECTO “ANIMAÇÃO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL – O REGRESSO DO PEPINO”**-----

-----Foi presente Acordo de Parceria celebrado entre o Município de Celorico da Beira e o Município do Fundão para ratificar, que se anexa à presente acta (**anexo III**). -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** informou que, por lapso, o presente acordo de parceria não tinha sido enviado para aprovação, aquando da realização do evento, mas que o mesmo tinha sido realizado e era necessário efectuar o pagamento das obrigações financeiras deste município, plasmadas na cláusula sexta do referido Acordo. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Acordo de Parceria entre o Município do Fundão e o Município de Celorico da Beira relativo ao projecto “Animação das Aldeias Históricas de Portugal – O Regresso do Pepino”.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VII – SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: ACEITAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS – EMPRÉSTIMO DE 577.000€**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara, foi presente minuta do contrato de abertura de crédito a curto prazo a conceder pela Caixa Geral de Depósitos, ao Município de Celorico da Beira no montante de 577.000€, para aprovação das cláusulas contratuais, que fica apenso a esta acta (**anexo IV**).-----

-----O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar as cláusulas contratuais referentes ao contrato de abertura de crédito a curto prazo a conceder pela Caixa Geral de Depósitos, ao Município de Celorico da Beira no montante de 577.000€ (quinhentos e setenta e sete mil euros).-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: ACEITAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS – EMPRÉSTIMO DE 1.579.000€**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara, foi presente minuta do contrato de abertura de crédito a conceder pelo BPI, ao Município de Celorico da Beira no montante de 1.579.000€, para aprovação das cláusulas contratuais, que fica apenso a esta acta (**anexo V**). -----

-----O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar as cláusulas contratuais referentes ao contrato de abertura de crédito a conceder pelo BPI, ao Município de Celorico da Beira no montante de 1.579.000€ (um milhão, quinhentos e setenta e nove mil euros).-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**DECLARAÇÃO–JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DO ESPÍRITO SANTO**

-----Foi presente declaração do promotor do loteamento “Quinta das Ingotas – Celorico – Gare – Fornotelheiro”, identificado em epígrafe, onde manifesta que prescinde do prazo de um ano e prorrogação conforme estipulado no art. 76.º, n.º 1 e 2 do Decreto Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, para 3 meses a contar da data da notificação do acto de licenciamento, para requerer a emissão do respectivo alvará, apresentando para o efeito os elementos previstos em Portaria n.º 1105/01, de 18 de Setembro, aprovada pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**DESIGNAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO PARA AS EMPREITADAS**-----

-----**Biblioteca Municipal;** -----

-----**Requalificação do Castelo de Celorico da Beira;** -----

-----**Piscinas Balneários e Parque de Merendas de Lageosa do Mondego;** -----

-----**Obras de Conservação das Piscinas Municipais de Celorico da Beira;** -----

-----**Obras de Conservação do Gimnodesportivo de Celorico da Beira;** -----

-----**Obras de Conservação do Centro Cultural de Celorico da Beira;**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, subscrita pela Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo, Eng.^a Cristina Martins, dando conhecimento que a fim de dar cumprimento ao art. 178.º do Decreto Lei n.º 59/99, de 2 de Março, designadamente ao n.º 1, o dono da obra deverá formalizar a constituição da equipa de fiscalização, e nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, quando a fiscalização seja constituída por dois ou mais representantes, o dono da obra designará um deles para chefiar, como fiscal da obra, e, sendo um só, a este caberão tais funções. --

-----Assim sendo propõe que seja designada para a constituição da equipa de fiscalização, um engenheiro (ou mais, dependendo da complexidade da obra), um medidor orçamentista e um topógrafo.-----

-----O Senhor Presidente para as empreitadas da “Biblioteca Municipal”, “Requalificação do Castelo de Celorico da Beira” e “Piscinas, Balneários e Parque de Merendas de Lageosa do Mondego”, propôs a seguinte equipa de fiscalização: -----

-----Engenheiros: Eng.^a Hermínia Paula Viegas Paixão e Eng.^a Delfina Maria Gil Fonseca;-----

-----Medidor Orçamentista: José Mário Cardoso Caldeira Coutinho;-----

-----Topógrafo: José António Cruz Tomás;-----

-----Para as restantes empreitadas, “Obras de Conservação das Piscinas Municipais de Celorico da Beira”; “Obras de Conservação do Gimnodesportivo de Celorico da Beira” e “Obras de Conservação do Centro Cultural de Celorico da Beira”, propôs a seguinte equipa de fiscalização: -----

-----Engenheiro: Eng.ª Delfina Maria Gil Fonseca;-----

-----Medidor Orçamentista: José Mário Cardoso Caldeira Coutinho;-----

-----Topógrafo: José António Cruz Tomás.-----

-----Todos os técnicos que elaboraram os projectos, devem trabalhar com a equipa de fiscalização, designadamente: Eng.ª Maria Gracinda Carvalho Pinto; Arquitecto Ivo Ricardo Ramos Borrego; Eng.º Luís Gomes e Eng.ª Maria Elisa Casado Madeira.-----

-----Propôs ainda que em situações futuras manter-se-á a mesma equipa e quando a Câmara o entender e a complexidade da obra o exigir, integrarão a equipa dois engenheiros. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, integrando a equipa de fiscalização para as empreitadas “Biblioteca Municipal”, “Requalificação do Castelo de Celorico da Beira” e “Piscinas, Balneários e Parque de Merendas de Lageosa do Mondego”, os seguintes técnicos:-----**

-----**Engenheiros: Eng.ª Hermínia Paula Viegas Paixão e Eng.ª Delfina Maria Gil Fonseca; -----**

-----**Medidor Orçamentista: José Mário Cardoso Caldeira Coutinho; --**

-----**Topógrafo: José António Cruz Tomás;-----**

-----**Para as restantes empreitadas, “Obras de Conservação das Piscinas Municipais de Celorico da Beira”; “Obras de Conservação do Gimnodesportivo de Celorico da Beira” e “Obras de Conservação do Centro Cultural de Celorico da Beira”.-----**

-----**Engenheiro: Eng.ª Delfina Maria Gil Fonseca;**-----
-----**Medidor Orçamentista: José Mário Cardoso Caldeira Coutinho;** --
-----**Topógrafo: José António Cruz Tomás.**-----

-----**EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO DE CELORICO DA BEIRA” – SUSPENSÃO DOS TRABALHOS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art. 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis, emanado pelo Senhor Presidente da Câmara relativo à suspensão dos trabalhos da empreitada em epígrafe, que se fica a dever a uma alteração do projecto, pelo facto de se ter detectado a impossibilidade de demolição dos reservatórios de abastecimento de água, situados no castelo. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente, no dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis, relativo à suspensão dos trabalhos da empreitada “Requalificação do Castelo de Celorico da Beira”.**-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezoito horas e quinze minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----